

EDUCAÇÃO, GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO: O DEBATE PRECISA CONTINUAR!

Robinson dos Santos y Antônio Inácio Andrioli

INTRODUÇÃO

"Nós vivemos na era da globalização, tudo converge, os limites vão desaparecendo". Quem não ouviu, no mínimo, uma destas expressões nos últimos anos? Globalização e neoliberalismo são, sem dúvida, marcas de nosso tempo. No entanto, a discussão sobre o conteúdo de tais conceitos está permeada de ambigüidades e, para além dos modismos, ainda suscita dúvidas. Diagnósticos e suposições acerca de uma sociedade mundial, uma paz mundial ou, simplesmente, de uma economia política mundial surgem seguidamente, apontando para processos de unificação e adaptação como suas conseqüências, assim como para o nivelamento de padrões de consumo e uma crescente e inevitável massificação cultural. Nesse sentido, é pertinente o questionamento: trata-se apenas de conceitos comuns de nossa época ou de fenômenos que indicam uma transição forçada? E, com vistas ao nosso objeto de discussão, quais são os efeitos da globalização e do neoliberalismo sobre a educação?

A reflexão sobre os impactos e as conseqüências da globalização e da política neoliberal na esfera da educação não é algo recente. Entretanto, parece que tais conseqüências e impactos foram gradativamente absorvidos de tal modo que passaram a ser vistos como algo "normal". Esta suposta normalidade é justamente um dos fatores que influenciam o silêncio e o abandono do diálogo crítico sobre a realidade. Com o presente texto pretendemos não apenas questionar essa postura passiva, mas demonstrar a urgência em (re)introduzirmos sua tematização no horizonte de nossas preocupações teóricas.

O contexto atual, no Brasil - e no mundo - é marcado pela abertura política e principalmente econômica. Crescem as corporações, as mega-fusões entre as indústrias nos mais variados setores em busca de "sobrevivência", pois, do contrário, o destino é a bancarrota. De modo paradoxal, algumas "fronteiras" caem diante de um mercado mundial que se expande, outras se reforçam. Progressivamente, os países estão perdendo a autonomia econômica e, junto com ela, sua autonomia política.

Essas transformações incidem tanto sobre a cultura como sobre a educação. Diante deste quadro não há como pensar a educação isolada do próprio contexto (macro) sócio-político e econômico. Esta questão já supõe duas faces da problemática na qual está envolvida a educação, aspectos que não se excluem, necessariamente, mas a colocam numa situação, no mínimo delicada: autonomia ou submissão em relação ao contexto? Em outras palavras, em que medida a educação é afetada por este contexto e em que medida ela possui autonomia perante as transformações e oscilações políticas e sociais? Identificar os desafios que esta realidade coloca para o trabalho educativo é uma tarefa que continua em aberto.

Na medida em que o mundo torna-se um grande mercado, as relações pautam-se pelos critérios do lucro e do consumo individualista. Como educar se, de acordo com essa lógica, a própria educação passa a ser uma mera mercadoria oferecida de modo semelhante a qualquer objeto de consumo, no mercado global? Apesar de todos os esforços teóricos-práticos, o ideal de uma educação *crítica e emancipadora* continua sendo o grande desafio. Não menos importante que isso, a escola ainda está desafiada a enfrentar outras forças que também (des)“educam” como a internet, a televisão, o rádio, os jornais e revistas.

Como se pode perceber, são questões bastante complexas que se apresentam neste cenário. Se os efeitos de uma política e de uma economia orientadas pelos interesses de uma minoria continuam sendo sentidos nas suas conseqüências devastadoras, então faz-se não só importante, mas necessária a continuidade do debate. E, para que nossa reflexão seja o que pretende ser – subsídio para que o debate continue – nós a estruturamos em duas partes: na primeira, caracterizaremos a globalização em seus traços fundamentais, relacionando-a com alguns de seus efeitos e desafios para a educação. No segundo momento, a reflexão se volta aos aspectos da política neoliberal e suas conseqüências para o trabalho educativo¹.

1. GLOBALIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS E EFEITOS SOBRE A EDUCAÇÃO

A globalização pode ser definida e discutida desde uma perspectiva geral ou a partir de um enfoque mais restrito. No segundo caso, por exemplo, pode-se optar pela discussão na área da economia, no âmbito político, no aspecto sociocultural etc. Ainda assim, há sempre o risco de que sejamos parciais, taxativos ou apressados nas conclusões. Vamos enumerar aqui, resumidamente, algumas das suas características gerais, partindo do fato de que se trata de um fenômeno real, embora complexo, apontando de modo limitado para as implicações sóciopolíticas e econômicas neste amplo espectro.

Conforme o sociólogo alemão Ulrich Beck (1997), com o termo globalização são identificados processos que têm por conseqüência “a subjugação e a ligação transversal dos estados nacionais e sua soberania através de atores transnacionais, suas oportunidades de mercado, orientações, identidades e redes” (BECK, 1997, p.28-29). Por isso, ouvimos falar de defensores da globalização e de críticos à globalização, num conflito pelo qual diferentes organizações se tornam cada vez mais conhecidas. Neste sentido, não se trata de um conflito *stricto sensu* sobre a globalização, mas sobre a prepotência e a mundialização do capital. Esse processo, da forma como ele atualmente vem acontecendo, não deveria sequer ser chamado de globalização, já que atinge o globo de forma diferenciada e exclui a sua maior parte – se observamos a circulação mundial de capital, podemos constatar que a maioria da população mundial (na Ásia, na África e na América Latina) permanece excluída.

Libâneo e Oliveira (1998, p. 606) afirmam que:

As transformações gerais da sociedade atual apontam a inevitabilidade de compreender o país no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado

¹ É importante salientar que não as concebemos (globalização e neoliberalismo) como fatos isolados; pelo contrário, entendemos que estão profundamente ligados um ao outro. A exposição está dividida em dois momentos no intuito de facilitar a leitura e a compreensão do texto.

(neoliberalismo). A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social.

Algumas das questões que aparecem em decorrência disso são a exclusão social, o desemprego e o aumento da miséria. Essa forma de globalização significa a predominância da economia de mercado e do livre mercado, uma situação em que o máximo possível é mercantilizado e privatizado, com o agravante do desmonte social. Concretamente, isso leva ao domínio mundial do sistema financeiro, à redução do espaço de ação para os governos – os países são obrigados a aderir ao neoliberalismo – ao aprofundamento da divisão internacional do trabalho e da concorrência e, não por último, à crise de endividamento dos estados nacionais. Condições para que essa globalização pudesse se desenvolver foram a interconexão mundial dos meios de comunicação e a equiparação da oferta de mercadorias, das moedas nacionais e das línguas, o que se deu de forma progressiva nas últimas décadas. A concentração do capital e o crescente abismo entre ricos e pobres (48 empresários possuem a mesma renda de 600 milhões de outras pessoas em conjunto) e o crescimento do desemprego (1,2 bilhões de pessoas no mundo) e da pobreza (800 milhões de pessoas passam fome) são os principais problemas sociais da globalização neoliberal e que vêm ganhando cada vez mais significado.

O paradoxo, neste contexto, é que o avanço científico e tecnológico proporcionou (assim como proporciona progressivamente) ao ser humano a oportunidade de romper as fronteiras, entre os países, entre os continentes e, também, entre os planetas. Ora, inegavelmente isto nos trouxe enormes benefícios, mas também muitas perdas. Nunca se produziu tanto e, ao mesmo tempo, nunca houve tanta gente faminta, desempregada, sem um lugar para morar. A máquina, o computador e o robô deslocaram o ser humano do centro da atividade produtiva e também da finalidade desta. Tais metamorfoses demonstram a extrema maleabilidade e complexificação permanente do modo de produção capitalista.

O capitalismo, para manter sua hegemonia, reorganiza suas formas de produção e consumo e elimina fronteiras comerciais para integrar mundialmente a economia. Trata-se de mudanças no sentido de fortalecer o capitalismo, o que é dizer: fortalecer as nações ricas e colocar os países mais pobres na dependência, como consumidores. Essas alterações nos rumos do capitalismo se dão, no entanto, no momento em que o cenário mundial em todos os aspectos é bastante diversificado. A onda da *globalização* e da *Revolução Tecnológica* encontra os países (centrais ou periféricos, desenvolvidos ou subdesenvolvidos) em diferentes realidades e desafios, dentre os quais o de implementar políticas econômicas e sociais que atendam aos interesses hegemônicos, industriais e comerciais de conglomerados financeiros e de países ou regiões ricas, tais como a América do Norte, Japão e União Européia. (LIBÂNEO e OLIVEIRA, 1998, p. 599-600, grifos dos autores).

Com o aumento da *distância* entre os países pobres e os países ricos, aumentou também a dependência daqueles em relação a estes. Esta dependência significa não só uma debilidade econômica, mas, principalmente, política. Dita as regras quem tem maior poder econômico e este significa, cada vez mais, poder político. Nesse quadro, as políticas educacionais são projetadas e implantadas segundo as exigências da produção e do mercado, com o predomínio dos interesses dos países ricos, isto é, daqueles que dominam a economia. O exemplo mais nítido disso na educação são as políticas dos órgãos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O discurso destes remete para a *qualidade total* na

educação, onde os investimentos e benefícios são projetados e calculados da mesma forma como se procede em uma empresa.

Neste sentido, o mercado exige pessoas polivalentes, flexíveis, ágeis, com visão do todo, conhecimentos técnicos e um relativo domínio na área de informática, que falem, leiam e escrevam em vários idiomas, que possuam habilidades múltiplas, e assim por diante. Quem não estiver capacitado de acordo com as exigências do mercado é excluído do processo produtivo e isso significa desemprego, miséria, fome, doença e, em suas últimas conseqüências, a morte. Neste sentido, prosseguem Libâneo e Oliveira (1998, p. 598-599),

A importância que adquirem, nessa nova realidade mundial, a ciência e a inovação tecnológica têm levado os estudiosos a denominarem a sociedade de hoje, *sociedade do conhecimento, sociedade técnico informacional ou sociedade tecnológica*. Isso significa que o conhecimento, o saber e a ciência adquirem um papel muito mais destacado que anteriormente. Hoje as pessoas aprendem na fábrica, na televisão, na rua, nos centros de informação, nos vídeos, no computador e, cada vez mais, vão se ampliando os espaços de aprendizagem.

Nesta sociedade marcada pela revolução tecnológico-científica, curiosamente, a centralidade do processo produtivo está no conhecimento e, portanto, também na educação.

Essa centralidade se dá porque educação e conhecimento passam a ser do ponto de vista do capitalismo globalizado, força motriz e eixos da transformação produtiva e do desenvolvimento econômico. São, portanto, bens econômicos necessários à transformação da produção, ao aumento do potencial científico e tecnológico e ao aumento do lucro e do poder de competição num mercado concorrencial que se quer livre e globalizado pelos defensores do neoliberalismo. Torna-se clara, portanto, a conexão estabelecida entre educação/conhecimento e desenvolvimento/desempenho econômico. A educação é, portanto, um problema econômico na visão neoliberal, já que é o elemento central desse novo padrão de desenvolvimento. (LIBÂNEO e OLIVEIRA, 1998, p. 602).

No Brasil, as políticas sociais, econômicas e educacionais continuam se delineando de acordo com as propostas do mercado mundial. "É preciso fazer os ajustes necessários para que o país se desenvolva em sintonia com as outras nações!", este é o tom dos discursos do governo. Modernização na educação (assim como na indústria), diversificação, produtividade, eficácia e competência, são as palavras de ordem. De certo modo, esta mentalidade tende a se cristalizar, o que representa um grande perigo para o campo educacional: ao se regular segundo a lógica da competição, não estaria a escola esvaziando seu sentido, ou contradizendo seu papel?

A educação é oferecida, atualmente, como uma mercadoria e a escola tornou-se, na verdade, mais uma empresa à qual se paga pela obtenção de um serviço. Podemos perceber isto, nitidamente, se observarmos alguns aspectos interessantes que Libâneo e Oliveira (1998, p. 604) destacam e que transcrevemos na íntegra. Os aspectos por eles apontados demonstram a transformação da escola em mais um negócio que se rege pela lógica do mercado:

- ?? adoção de mecanismos de flexibilização e diversificação dos sistemas de ensino nas escolas;
- ?? atenção à eficiência, à qualidade, ao desempenho e às necessidades básicas de aprendizagem;

- ?? avaliação constante dos resultados/desempenho obtidos pelos alunos que comprovam a atuação eficaz e de qualidade do trabalho desenvolvida na escola;
- ?? o estabelecimento de *rankings* dos sistemas de ensino e das escolas públicas ou privadas que são classificadas ou desclassificadas;
- ?? criação de condições para que se possa aumentar a competição entre as escolas e encorajar os pais a participarem da vida escolar e fazer escolha entre escolas;
- ?? ênfase na gestão e na organização escolar mediante a adoção de programas gerenciais de qualidade total;
- ?? valorização de algumas disciplinas: matemática e ciências naturais, devido à competitividade tecnológica mundial que tende a privilegiar tais disciplinas;
- ?? estabelecimento de formas “inovadoras” de treinamento de professores como, por exemplo, educação à distância;
- ?? descentralização administrativa e do financiamento, bem como do repasse de recursos em conformidade com a avaliação do desempenho;
- ?? valorização da iniciativa privada e do estabelecimento de parcerias com o empresariado;
- ?? o repasse de funções do Estado para a comunidade (pais) e para as empresas.

Como se percebe, há uma ambigüidade ou ambivalência nos aspectos apontados. Se, de um lado, trazem o desafio de manter uma educação atualizada e de qualidade, de outro, podem contribuir para a segregação e exclusão social, pois, afinal de contas, trata-se de um *produto* e nem todos conseguem arcar com os seus custos.

Dando continuidade à nossa reflexão, no item que segue procuraremos caracterizar a política neoliberal bem como as devidas implicações para a educação no contexto brasileiro.

2. CONSEQÜÊNCIAS DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A conjuntura das políticas educacionais no Brasil ainda demonstra sua centralidade na hegemonia das idéias liberais sobre a sociedade, como reflexo do forte avanço do capital sobre a organização dos trabalhadores na década de 90. A intervenção de mecanismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial, aliada à subserviência do governo brasileiro à economia mundial, repercute de maneira decisiva sobre a educação. Em contrapartida, a crise do capitalismo em escala mundial, especialmente do pensamento neoliberal, revela, cada vez mais, as contradições e limites da estrutura dominante. A estratégia liberal continua a mesma: colocar a educação como prioridade, apresentando-a como alternativa de “ascensão social” e de “democratização das oportunidades”. Por outro lado, a escola continua sendo um espaço com grande potencial de reflexão crítica da realidade, com incidência sobre a cultura das pessoas. Apesar da exclusão social, característica do descaso com as políticas públicas na maioria dos governos, ser um dos grandes agravantes, o ato educativo pode contribuir imensamente na acumulação de forças contrárias à dominação. É neste cenário que o neoliberalismo se mostra como a *única* opção. Mas de onde ele surge? Como se

caracteriza? Faremos uma breve caracterização do neoliberalismo no intuito de captar alguns aspectos básicos dessa tendência política.

Historicamente, o neoliberalismo é filho do *liberalismo*. O liberalismo surgiu e se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII em oposição à monarquia absoluta, esta, fundada na idéia de hierarquia divina, social e natural, baseada na estrutura feudal de produção, bem como numa concepção teocrática do poder². Baseado na idéia de que os seres humanos são, por natureza, livres e iguais, o direito liberal rompe com a idéia de direito divino do monarca e, portanto, com a hierarquia estabelecida. O exemplo clássico deste rompimento foi a Revolução Francesa em 1789. Em lugar de uma submissão cega ao poder e à vontade do rei, criou-se a noção de direito civil, onde há regras (leis = direito positivo) que valem para todos, privilegiando o *indivíduo*, sua *liberdade* e seu direito natural à *propriedade*. Nasce o Estado liberal, com a função de legislar e garantir a ordem pública. Conforme Nascimento (1997) o pensamento liberal-social promovia o Estado a um organismo ativo na organização da economia, da política e da vida dos cidadãos. Sua função era intervir, organizar, planejar e participar na esfera da produção econômica.

No entanto, este modelo político de Estado não teve eficácia, devido a vários fatores, dentre os quais, o fracasso das suas políticas de desenvolvimento nos países do chamado Terceiro Mundo. Este foi um dos agravantes que provocaram sua falência. Seus principais teóricos afirmam que esta falência ocorreu porque a liberdade, enquanto valor central, ainda estaria sofrendo restrições. Logo, era necessário redimensionar este Estado e rever quais eram realmente suas atribuições, sempre visando a expansão da *liberdade individual*. É neste contexto histórico que surge o neoliberalismo.

O neoliberalismo não constitui um corpo teórico à parte da tradição liberal, mas tende a radicalizar alguns aspectos do liberalismo que os liberais clássicos mantinham com receio. Ou seja, podemos afirmar que o neoliberalismo é a “ala direita” do liberalismo, sendo concretizado em orientações de governo e a disseminação de valores em torno do mito do “Estado-mínimo”. A partir da década de 70, o capitalismo sofreu um enorme desgaste e, com a incorporação de tecnologia aumentando a crise de superprodução, houve uma gradativa redução na taxa de lucros e no crescimento econômico. Como solução ao problema, foram trazidas idéias de economistas como Friedrich Hayek e Milton Friedman, reforçando o ideal da competitividade no livre mercado e a retirada da influência do Estado sobre a economia.

No entanto, o que verificamos é que com o acento no livre mercado houve uma diminuição do crescimento econômico (de 4% na década de 60 para uma estagnação em 1% na década de 90), a desigualdade entre países ricos e pobres cresceu 110 vezes (desde a 2ª. Guerra Mundial até a década de 90), o desemprego aumentou no mundo inteiro e a miserabilidade da população é crescente, principalmente nos países pobres. No atual contexto da economia capitalista, em que o capital assume seu caráter de expansão mundial livre de qualquer contraposição que pudesse existir no contexto da “guerra fria”, com o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, a submissão da maioria dos governos aos interesses dos capitalistas e o recuo na organização dos trabalhadores, acompanhamos o ressurgimento de características anteriores ao próprio estágio inicial da organização da classe trabalhadora. Além disso, o Estado diminuiu

² Cf. CHAUI, 1995, p.402-403.

somente no que se refere às políticas sociais, já que em termos de aparato coercitivo (Ex. OTAN) e incentivo às corporações ele só tem aumentado. Os próprios liberais falam de um aumento do Estado nas últimas décadas e podemos acrescentar que ele está sendo máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores. O próprio Milton Friedman tem afirmado que “a mão invisível do mercado só funciona tendo um punho visível”, o que evidencia como a crítica ao Estado é apenas parcial.

Mas, se nem a crítica ao Estado, rotulado como ineficiente e paternalista pelos liberais permanece, o que ainda poderia restar em defesa do neoliberalismo? O que se percebe é uma vangloriação em torno de algumas conquistas históricas do liberalismo do período da Revolução Francesa como a “valorização da iniciativa pessoal” e a instituição dos “direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à prosperidade”. Podemos admitir que o reconhecimento da liberdade do indivíduo (conforme John Locke) e a valorização da razão como meio de conhecimento e conduta ao invés da fé, foram importantes para a superação da Idade Média, do feudalismo e da opressão exercida pela Igreja sobre os indivíduos. Mas, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, revolucionários para uma época, foram utilizados para a legitimação da propriedade privada, do mercado e da acumulação capitalista no decorrer da história, não servindo mais como possibilidade de emancipação humana.

Em termos de estrutura social, no neoliberalismo vigora a manutenção da sociedade burguesa, com suas características básicas: a) trabalho como mercadoria; b) propriedade privada; c) controle do excedente econômico; d) mercado como centro da sociedade; e) apartheid, exclusão da maioria; f) educação regulada pela divisão social de classes. Porém, em termos estruturais, a novidade é que a ordem burguesa está sem alternativa, ou seja, o capitalismo prova sua ineficácia generalizada e a crise apresentada revela seu caráter endógeno, ou seja, o capitalismo demonstra explicitamente ser o gerador de seus próprios problemas. Se o mercado é a causa da crise e se boa parte das soluções apresentadas para enfrentar esta crise prevê a ampliação do espaço do mercado na sociedade, a tendência é que os problemas sejam agravados. Na sociedade contemporânea, cabe ao Estado garantir a harmonia entre a liberdade máxima de escolha dos indivíduos e o compromisso com a eficiência e a qualidade. Ora, o que vemos no cotidiano não é bem isso: apenas tem liberdade de escolha quem tem poder aquisitivo e este, por sua vez, só é alcançado por meio de uma economia estável, em que é possível manter-se num emprego com uma relativa estabilidade salarial.

O neoliberalismo, no que se refere à educação, defende a escola básica, universal, laica, gratuita e obrigatória a todos. A proposta no Brasil, por exemplo, é de uma formação geral e polivalente visando a qualificação de mão-de-obra para o mercado. Essa idéia de preparação de mão-de-obra, obviamente, está voltada muito mais ao campo técnico do que propriamente humano. A preocupação com que o trabalhador aprenda a ler, escrever e contar não tem nada de edificante ou humanitário, muito menos filantrópico. Para citarmos alguns exemplos, o aprendizado da leitura pode ser para poder manusear qualquer manual de instruções; escrever, para poder emitir um relatório de produção, e contar para não colocar uma unidade a mais do produto na embalagem. Esta mentalidade é o supra-sumo da exploração capitalista. Conforme Herbert Marcuse, “ a racionalidade está a serviço da rentabilidade, a qual está orientada pelo cálculo sistemático e metódico do capital” (1979, p. 111).

Acertadamente, afirma o professor Gaudêncio Frigotto (1995) que, se lermos o Manifesto Comunista de Karl Marx, chegaremos à conclusão de que ele é hoje muito mais atual do que na época em que seu autor o escreveu. Previa Marx (1979, p. 29, 30), que

...com a exploração do mercado mundial, a burguesia estruturou a produção e o consumo de forma cosmopolita (...) A antiga indústria nacional será destruída constantemente (...) No lugar do antigo isolamento e da autosuficiência local e nacional passam a vigorar as relações múltiplas e a múltipla dependência de nações entre si, tanto no que se refere à produção material como espiritual.

É evidente que a preocupação do capital com a educação não é gratuita. Existe uma coerência do discurso liberal sobre a educação no sentido de entendê-la como “definidora da competitividade entre as nações” e por se constituir numa condição de empregabilidade em períodos de crise econômica. Como para os liberais está dado o fato de que todos não conseguirão “vencer”, importa então impregnar a cultura do povo com a ideologia da competição e valorizar os poucos que conseguem se adaptar à lógica excludente, o que é considerado um “incentivo à livre iniciativa e ao desenvolvimento da criatividade”. Como afirma André Gorz, para a reprodução da hierarquia nas relações sociais a “produção de perdedores” é tão importante como a promoção dos diplomados. Trata-se de convencer uma significativa parcela dos jovens de que eles são incapazes de ser algo mais do que um trabalhador desqualificado. Seu fracasso passa a ser assimilado não como o resultado de um sistema de ensino, mas de sua própria incapacidade pessoal e social. Por outro lado, trata-se de convencer os “vencedores” de que constituem uma elite, cujo sucesso seria fruto de muito esforço, dedicação e vontade de “vencer”. A elite passa a se justificar a si mesma como camada privilegiada e superior à classe trabalhadora. “As escolas são obrigadas a produzir um percentual de fracassados, para fornecer trabalhadores desqualificados dos quais a economia necessita” (GORZ, 1973, p. 113).

Mas, e o que fazer com os “perdedores”? Conforme o Prof. Roberto Lehrer (UFRJ), o próprio Banco Mundial tem declarado explicitamente que “as pessoas pobres precisam ser ajudadas, senão ficarão zangadas”³. Essa interpretação é precisa com o que o próprio Banco têm apresentado oficialmente como preocupação nos países pobres: “a pobreza urbana será o problema mais importante e mais explosivo do próximo século do ponto de vista político”⁴.

Outra questão que merece ser estudada é a questão do Estado neoliberal. O Estado neoliberal é simultaneamente centralizado e descentralizado. Nascimento (1997, p. 63) nos apresenta as seguintes características:

O Estado neoliberal, ao contrário do Estado social-liberal é, ao mesmo tempo, centralizado e descentralizado, sua função é limitada à intervenção, tem por papel induzir mudanças, estabelecer parcerias e coordenar iniciativas. É centralizado no que se refere à definição de um currículo mínimo e de um sistema unificado de avaliação; é descentralizado no que diz respeito às diferenças sociais, às desigualdades, e às necessidades específicas de cada região. Em suma, o Estado neoliberal coloca o indivíduo no centro da filosofia social e defende a propriedade privada como sendo direito fundamental do homem. Ao Estado cabe

³ Referente sua apresentação de trabalho na 22ª. Reunião Anual da ANPED: *Para fazer frente ao apartheid educacional imposto pelo Banco Mundial: notas para uma leitura da temática trabalho-educação*. Caxambu – MG, 27/09/99.

⁴ Banco Mundial. *Política Urbana y desarrollo económico: un programa para el decenio de 1990*. Washington, 1991, p. 05.

a função regulatória, no sentido de reduzir incertezas e assimetrias de informações e de garantir a produção eficiente e de qualidade.

Pela descrição acima e pela política social e educacional posta em prática no Brasil, podemos perceber que o que está se buscando é exatamente isto: menos Estado e mais mercado. O progressivo aumento das privatizações é a prova mais evidente disso e como se não bastasse, a educação, que já é em parte controlada pela iniciativa privada, está sendo entregue de uma vez por todas ao domínio do capital. O caso mais preocupante é o da tentativa de privatizar as universidades federais. Se isto acontecer, as chances já escassas do cidadão pobre estudar, mesmo com a universidade pública e gratuita, acabarão definitivamente.

A iniciativa privada busca o lucro e, em tese, não está interessada na promoção do ser humano enquanto cidadão consciente, crítico e participante do próprio processo de construção da vida política e social do país. Em artigo publicado, o professor Euclides Mance (1999, p. 10) faz referência à esta questão, sobretudo, levando em conta a questão do ensino superior e da pesquisa. Comenta ele que:

Com efeito, sob a lógica da disputa do mercado, trata-se de chegar à produção e comercialização de bens que permitam recuperar os investimentos feitos em pesquisa e desenvolvimento, alcançando um lucro considerável antes que outros produtos semelhantes, que atuam com propriedades similares, sejam disponibilizados no mercado pelos concorrentes. Desse modo o conhecimento é produzido tendo-se como finalidade, basicamente o lucro e não a promoção da cidadania ou o progresso da ciência em suas múltiplas áreas. Inúmeras pesquisas extremamente prioritárias, do ponto de vista humanitário, não são desenvolvidas pelo conjunto dessas empresas, uma vez que os seus resultados não seriam fonte de lucro.

Em função de tal conjuntura política, podemos afirmar que, em termos genéricos, as maiores alterações que ultimamente têm sido previstas estão chegando às escolas e, muitas vezes, são aceitas sem maiores discussões, impedindo uma efetiva contraposição. Por isso, vamos apresentar, em grandes eixos, o que mais claramente podemos apontar como conseqüências do neoliberalismo na educação:

- ?? Menos recursos, por dois motivos principais: a) diminuição da arrecadação (através de isenções, incentivos, sonegação...); b) não aplicação dos recursos e descumprimento de leis;
- ?? Prioridade no Ensino Fundamental, como responsabilidade dos Estados e Municípios (a Educação Infantil é delegada aos municípios);
- ?? O rápido e barato é apresentado como critério de eficiência;
- ?? Formação menos abrangente e mais profissionalizante;
- ?? A maior marca da subordinação profissionalizante é a reforma do ensino médio e profissionalizante;
- ?? Privatização do ensino;
- ?? Municipalização e “escolarização” do ensino, com o Estado repassando adiante sua responsabilidade (os custos são repassados às prefeituras e às próprias escolas);

- ?? Aceleração da aprovação para desocupar vagas, tendo o agravante da menor qualidade;
- ?? Aumento de matrículas, como jogo de marketing (são feitas apenas mais inscrições, pois não há estrutura efetiva para novas vagas);
- ?? A sociedade civil deve adotar os “órfãos” do Estado. Se as pessoas não tiverem acesso à escola a culpa é colocada na sociedade que “não se organizou”, isentando, assim, o governo de sua responsabilidade com a educação;
- ?? O Ensino Médio dividido entre educação regular e profissionalizante, com a tendência de priorizar este último: “mais ‘mão-de-obra’ e menos consciência crítica”;
- ?? A autonomia é apenas administrativa. As avaliações, livros didáticos, currículos, programas, conteúdos, cursos de formação, critérios de “controle” e fiscalização, continuam dirigidos e centralizados. Mas, no que se refere à parte financeira (como infra-estrutura, merenda, transporte), passa a ser descentralizada;
- ?? Produtividade e eficiência empresarial (máximo resultado com o menor custo): não interessa o conhecimento crítico;
- ?? Nova linguagem, com a utilização de termos com conotação política neoliberal na educação;
- ?? Modismo da qualidade total (no estilo das empresas privadas) na escola pública, a partir de 1980;
- ?? Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) são ambíguos (possuem 2 visões contraditórias), pois se, por um lado, aparece uma preocupação com as questões sociais, com a presença dos temas transversais como proposta pedagógica e a participação de intelectuais progressistas, por outro, há todo um caráter de adequação ao sistema de qualidade total e a retirada do Estado. É importante recordar que os PCNs surgiram já no início do 1º. mandato de FHC, quando foi reunido um grupo de intelectuais da Espanha, Chile, Argentina, Bolívia e outros países que já haviam realizado suas reformas neoliberais, para iniciar esse processo no Brasil. A parte considerada progressista não funciona, já que a proposta não vem acompanhada de políticas que assegurem sua efetiva implantação, ficando na dependência das instâncias da sociedade civil e dos próprios professores.
- ?? Mudança do termo “igualdade social” para “equidade social”, ou seja, não há mais a preocupação com a igualdade como direito de todos, mas somente com a “amenização” da desigualdade;
- ?? Privatização das Universidades;
- ?? Nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) determinando as competências da Federação, transferindo responsabilidades aos Estados e Municípios;
- ?? Parcerias com a sociedade civil (empresas privadas e organizações sociais).

?? Diante da análise anterior, a atuação coerente e socialmente comprometida na educação parece cada vez mais difícil, tendo em vista que a causa dos problemas está longe e, ao mesmo tempo, dispersa em ações locais. A tarefa de educar, em nosso tempo, implica em conseguir pensar e agir localmente e globalmente, o que carece da interação coletiva dos educadores. Além disso, a produção teórica só tem sentido se for feita sobre a prática, com vistas a transformá-la. Portanto, para que haja condições efetivas de construir uma escola transformadora, numa sociedade transformadora, é necessária a predisposição dos educadores também pela transformação de sua ação educativa e a prática reflexiva deve deixar de ser um mero discurso ou tema de seminário, ela objetiva a tomada de consciência e organização da prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em conta os elementos para os quais apontamos anteriormente, chegamos às seguintes considerações acerca dos impactos da globalização e do neoliberalismo sobre a educação e dos desafios que estão colocados para a política educacional:

- ?? a racionalidade subjacente às políticas educacionais difundidas pelo neoliberalismo e decorrentes da globalização é a racionalidade empresarial. Os valores que ela apregoa são a *eficiência* como caminho para a *competitividade* e a *produtividade* e o *lucro* como recompensa e fins a serem auferidos;
- ?? sendo a educação um bem de consumo e fonte de lucro, ela torna-se acessível somente a uma pequena parcela da sociedade. A tendência é a progressiva seletividade e elitização do conhecimento. As conseqüências disso são trágicas para a grande maioria da sociedade: a exclusão, o analfabetismo, o desemprego, a miséria e a violência;
- ?? as possibilidades de reverter esse quadro passam pelo desafio de uma redistribuição da renda, de uma equidade tanto nos direitos e deveres, quanto nas oportunidades. Sem a efetivação de um projeto político que contemple as reais necessidades da maioria excluída, também é pouco provável que a situação atual mude;
- ?? a educação não deve ficar de fora do contexto sóciopolítico, mas também não pode ser determinada por ele, pois deve, antes de tudo, interagir com a realidade, transformando-a;
- ?? o papel da escola não deve ser o de reprodução da sociedade classista, mas antes o lugar da produção, apropriação e socialização do saber. Esta é a tarefa por excelência da escola. De acordo com Saviani “a escola tem uma função específica, educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; e é preciso, pois, resgatar a importância da escola, e reorganizar o trabalho educativo...”⁵;

⁵ SAVIANI, 1997, p.101.

?? para que isto aconteça, é preciso levar em conta a questão dos conteúdos; sem dominar determinados conhecimentos como a classe dominada fará valer os seus direitos?;

?? a educação de qualidade é aquela que promove a cidadania, visando a superação das desigualdades sociais e a democratização real do Estado.

Além dos aspectos mencionados, podemos perceber que os reflexos diretos esperados pelo grande capital a partir de sua intervenção nas políticas educacionais dos países pobres, em linhas gerais, são os seguintes: a) garantir governabilidade (condições para o desenvolvimento dos negócios) e segurança nos países “perdedores”; b) quebrar a inércia que mantém o “atraso” nos países do chamado Terceiro Mundo; c) construir um caráter internacionalista das políticas públicas com a ação direta e o controle através dos mecanismos internacionais; d) estabelecer um corte significativo na produção do conhecimento nesses países; e) incentivar a exclusão de disciplinas científicas, priorizando o ensino elementar e profissionalizante.

Sabemos que a educação é uma responsabilidade do governo, mas também dos seus protagonistas imediatos: professores, pais e alunos. Por isso, possibilidades de crítica e oposição ainda podem ser visualizadas. Um exemplo disso é constatado na decidida e corajosa resistência de estudantes, professores e diversos outros segmentos da sociedade ao processo em curso, pois, mesmo sendo um projeto perverso, ele não consegue a dominação total. O comprometimento dos profissionais da educação com a construção de uma sociedade pautada em valores promovedores de humanização e cidadania é fundamental para reverter a lógica das políticas educacionais que vem sendo progressivamente implementada pela maioria dos governos. Pois, se para construir uma nova educação é necessário construir uma nova sociedade, a estrutura social só é modificada na medida em que são transformadas as relações sociais que a sustentam. E nisso, a educação, sem dúvida, continua tendo uma grande influência e contribuição a dar à humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. *Política Urbana y desarrollo económico: un programa para el decenio de 1990*. Washington, 1991.

BECK, U. *Was ist Globalisierung?* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

FREITAG, B. *Política Educacional e Indústria Cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.

GORZ, André. *Technische Intelligenz und kapitalistische Arbeitsteilung*. In: VAHRENKAMP, Richard (Hrsg.). *Technologie und Kapital*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973.

LEHRER, Roberto. *Para fazer frente ao apartheid educacional imposto pelo Banco Mundial: notas para uma leitura da temática trabalho-educação*. 22ª. Reunião Anual da ANPED. Caxambu – MG, 27/09/99.

MANCE, Euclides André. *A Universidade em Questão: O conhecimento como mediação da cidadania e como instrumento do capital*. In: Revista Filosofazer, n.14, p. 07-18, Passo Fundo: Berthier, 1999/1.

_____. *Quatro Teses sobre o Neoliberalismo*. In: Revista Filosofazer, n.11, p.83-103, Passo Fundo: Berthier, 1997/2.

MARCUSE, Herbert. *Kultur und Gesellschaft 2*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1979.

MARX, Karl und ENGELS, Friedrich. *Manifest der Kommunistischen Partei*. Ausgewählte Schriften in zwei Bänden. Band I, Berlin: Dietz Verlag, 1979.

NASCIMENTO, Deise Nanci. *Da educação e o Projeto Neoliberal: direção da justiça social ou do reinado ilimitado do capital?* In: Revista Educação v.1, n.1, p.61-79, Goiânia: UFG, 1997.

OLIVEIRA, J.F., LIBÂNEO, J.C. *A Educação Escolar: sociedade contemporânea*. In: Revista Fragmentos de Cultura, v. 8, n.3, p.597-612, Goiânia: IFITEG, 1998.

Contactar

Revista Iberoamericana de Educación

Principal OEI